Somma - Revista Científica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

ISSN: 2447-701X
e081226
[Artigo]

Inclusão de alunos com TEA no AEE:
desafios e estratégias no ensino de Ciências da Natureza

Maria Stefânia Batista Sousa[1]*, Lucivânia Leite Rodrigues[1], Rosane Carvalho Leite[1], Aderson Leite Rodrigues[2], Georgianna Silva dos Santos[3]

[1]Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí–IFPI, Campus Valença, Piauí, Brasil.
[2]Secretária de Educação do Estado do Piauí-SEDUC, Piauí, Brasil.
[3]Universidade Federal do Vale do São Francisco- UNIVASF, Campus Serra da Capivara, Piauí, Brasil.

RESUMO

Introdução. A inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino de Ciências da Natureza representa um desafio relevante dentro da Educação Especial, especialmente no contexto das Salas de Recurso Multifuncional**. Objetivo**. Este estudo teve como objetivo investigar os desafios e estratégias adotadas por docentes do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em escolas do município de Valença do Piauí. **Metodologia**. A pesquisa é de abordagem qualitativa, caracterizando como estudo de campo sendo realizada a produção de dados por meio da aplicação de um formulário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas, realizado com duas professoras que atuam no AEE. As informações foram analisadas com base na Análise de Conteúdo Bardin (2016). **Resultados e Discussão**. Os resultados mostram as estratégias utilizadas pelas professoras e os principais desafios enfrentados, principalmente o que se refere a carência de formação continuada, a ausência de profissionais do AEE nas escolas, bem como a carência de recursos pedagógicos adaptados para o ensino de Ciências da Natureza. Tais limitações reforçam a necessidade de políticas públicas que garantam formação continuada, alocação de recursos adequados e apoio institucional, promovendo uma inclusão escolar mais efetiva e equitativa no ensino de Ciências da Natureza para alunos com TEA. **Considerações Finais**. Assim, sugerimos a ampliação de recursos pedagógicos adaptados e tecnologias assistivas, o fortalecimento do trabalho colaborativo entre docentes do ensino comum e do AEE, e a construção de um ambiente escolar que respeite os ritmos e formas de aprender dos alunos com TEA, assegurando não apenas o acesso, mas a permanência e aprendizagem plena de todos os estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: Educação especial. TEA. Atendimento educacional especializado. Ensino de Ciências da Natureza.

INCLUSION OF STUDENTS WITH ASD IN AEE:
challenges and strategies in teaching Natural Sciences

ABSTRACT

Introduction. The inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in Natural Sciences education represents a significant challenge in the field of Special Education, particularly in the context

Correspondência dos Autores

[1a]ORCID: 0009-0008-4689-3293. Email: stefaniabatistt@gmail.com
[1b]ORCID: 0009-0009-1553-0737. Email: lucivania.leite1212@gmail.com (Autor correspondente)
[1c]ORCID: 0000-0001-8144-1091. Email: rosane.leite@ifpi.edu.br
[2]ORCID: 0000-0002-9834-5319. Email: adersonlr@gmail.com
[3]ORCID: 0000-0003-2259-7859. Email: georgianna.santos@univasf.edu.br

Artigo submetido a sistemas de verificação de similaridade

Submetido 08/10/2025 – **Aceito** 06/02/2026 – **Publicado** 04/11/2026

of Multifunctional Resource Rooms. **Objective**. This study aimed to investigate the challenges faced by Specialized Educational Services (SES) teachers and the strategies they employ in schools in the municipality of Valença do Piauí. **Methodology**. This is a qualitative field study, with data collection conducted through the application of a semi-structured form with open- and closed-ended questions, conducted with two SES teachers. The data were analyzed using Bardin's (2016) Content Analysis. **Results and Discussion**. The results highlight the strategies used by the teachers and the main challenges they faced, especially the lack of continuing education, the absence of SEAs professionals in schools, and the lack of pedagogical resources adapted for Natural Sciences teaching. These limitations reinforce the need for public policies that guarantee ongoing training, adequate resource allocation, and institutional support, promoting more effective and equitable inclusion in Natural Sciences education for students with ASD. **Final Considerations**. Therefore, we suggest expanding adapted pedagogical resources and assistive technologies, strengthening collaborative work between regular education and special education teachers, and building a school environment that respects the rhythms and learning styles of students with ASD, ensuring not only access but also retention and full learning for all students.

KEYWORDS: Special education. ASD. Specialized educational services. Natural Science Teaching.

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizado por alterações no desenvolvimento neurológico que afetam a comunicação, a interação social e os padrões de comportamento, exigindo estratégias educacionais específicas para a aprendizagem (APA, 2014). No Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2022), mais de 8,3 milhões de pessoas vivem com algum tipo de deficiência, representando 8,4% da população, número que reforça a urgência de políticas públicas inclusivas e práticas pedagógicas eficazes.

No campo educacional, a perspectiva inclusiva tem sido fortalecida por legislações como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEPEI (Brasil, 2008) e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI (Brasil, 2015), que asseguram o direito de estudantes com deficiência à participação plena em todos os níveis de ensino. Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) constitui um recurso pedagógico fundamental, ao identificar, elaborar e organizar estratégias que reduzam barreiras para a aprendizagem e participação dos alunos público-alvo da Educação Especial (PAEE).

Pesquisas nacionais têm evidenciado, entretanto, lacunas na formação docente e na efetivação das práticas inclusivas (Mantoan, 2015; Mendes, 2020; Jesus; Effgen, 2021). Essas dificuldades se tornam ainda mais complexas no ensino de Ciências da Natureza, área que exige a compreensão de conceitos abstratos e terminologias específicas, frequentemente apontadas como desafios adicionais para estudantes com TEA (Kassar; Rebelo, 2018; Silva; Lopes; Quadros, 2024).

Apesar dos avanços, observa-se que a literatura ainda carece de estudos voltados à realidade de municípios do interior do Nordeste, como Valença do Piauí, onde a expansão de matrículas de estudantes com deficiência tem ampliado as demandas sobre o AEE e o trabalho docente. Nessa direção, compreender os desafios e as estratégias utilizadas pelos professores de Ciências no processo de inclusão de alunos com TEA revela-se essencial para subsidiar políticas de formação continuada e práticas pedagógicas mais efetivas.

Diante desse cenário, a problemática central deste estudo reside em investigar os desafios e estratégias de inclusão vivenciados pelos professores do AEE no ensino de Ciências da Natureza para alunos com TEA em escolas públicas municipais de Valença do Piauí. Justifica-se este estudo pela

crescente demanda em garantir formação continuada para os docentes, além de um ambiente educacional que valorize as singularidades dos alunos com TEA (Lopes *et al*., 2025). Para tanto, objetiva-se compreender os desafios vivenciados e identificar as estratégias pedagógicas desenvolvidas por docentes do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contexto das escolas públicas no município de Valença, estado do Piauí, Brasil.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa aborda a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Ensino de Ciências da Natureza em escolas públicas municipais de Valença do Piauí, integrando aspectos legais, características do TEA e práticas do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Destaca-se o percurso legislativo brasileiro, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1961 à Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de 2015, incluindo a Lei nº 12.764/2012, que asseguram direitos educacionais e sociais às pessoas com TEA, embora a aplicação ainda enfrente desafios.

Apresentam-se também características do TEA, como déficits de comunicação, habilidades sociais restritas e comportamentos repetitivos, além de habilidades especiais em alguns indivíduos, evidenciando a necessidade de adaptações curriculares e metodológicas. Por fim, enfatiza-se o papel do AEE, a importância da formação continuada dos profissionais, do uso de recursos adaptados e da colaboração entre educadores e famílias para garantir inclusão efetiva e aprendizagem significativa.

2.1 Inclusão de Alunos com TEA e o AEE no Ensino de Ciências da Natureza

A inclusão de alunos com TEA na educação brasileira é amparada por um conjunto de legislações que asseguram direitos fundamentais, mas ainda enfrenta desafios práticos decorrentes do desconhecimento ou aplicação insuficiente dessas normas.

Desde a LDB de 1961, que introduziu o atendimento a indivíduos chamados de “excepcionais” (Brasil, 1961), até a Constituição Federal de 1988, que garante o atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular (Brasil, 1988), observa-se um percurso histórico voltado à inclusão escolar. Leis subsequentes, como a LDBEN de 1996, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei n.º 8.069/90 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), consolidaram a oferta de educação especial na escola regular, assegurando atendimento gratuito e serviços de apoio especializados quando necessários (Brasil, 1990; 1996; 2008).

Especificamente para pessoas com TEA, a Lei nº 12.764/2012 instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Autismo, garantindo educação formal, atendimento multiprofissional e formação profissional, além de penalidades para escolas que se recusarem a matricular esses alunos (Brasil, 2012). A Lei Brasileira de Inclusão (2015) reforça a igualdade de oportunidades, o acesso à educação, saúde e espaços públicos inclusivos (Brasil, 2015). Apesar desses avanços, a implementação efetiva ainda apresenta lacunas significativas.

O TEA caracteriza-se por déficits na comunicação e habilidades sociais, bem como por comportamentos e interesses restritos e repetitivos (Bosa, 2006). Crianças com prejuízo cognitivo severo podem apresentar maior risco de autoagressão e necessitam de acompanhamento contínuo, enquanto algumas manifestam ilhotas de habilidades especiais (*splinter skills*), como hiperlexia ou talentos *savant* em áreas específicas, mesmo na presença de atraso intelectual leve ou moderado (Klin, 2006). Nesse

contexto, a inclusão escolar deve contemplar adaptações curriculares e ambientais que promovam o desenvolvimento integral e a valorização das potencialidades de todos os alunos (Farias; Maranhão; Cunha, 2008).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é a modalidade responsável por atender estudantes público-alvo da Educação Especial, oferecendo serviços especializados, recursos de acessibilidade e estratégias pedagógicas adaptadas, articuladas ao ensino comum. Seu objetivo é eliminar barreiras que dificultam a aprendizagem e a participação social plena (Brasil, 2009). No ensino de Ciências da Natureza para alunos com TEA, atividades práticas e investigativas demandam planejamento pedagógico adaptado e uso de materiais específicos, o que exige do professor do AEE estratégias diferenciadas e formação contínua (Bernal; Silva; Gomes, 2023).

A Resolução CNE/CEB nº 09/2009 estabelece que as escolas regulares devem oferecer salas de recursos multifuncionais, materiais adaptados e equipamentos voltados às necessidades dos estudantes da Educação Especial (Brasil, 2009). Além disso, o uso de recursos lúdicos e pedagógicos deve favorecer não apenas a aprendizagem escolar, mas também habilidades aplicáveis à vida cotidiana, promovendo inclusão efetiva (Fonseca *et al*., 2021). Dessa forma, a formação continuada dos profissionais do AEE e a construção de redes colaborativas entre educadores, especialistas e famílias são essenciais para garantir que alunos com TEA tenham acesso ao conhecimento científico de forma significativa, respeitando suas singularidades e promovendo uma inclusão plena. A articulação entre legislação, características do TEA e estratégias pedagógicas constitui, portanto, a base para a análise das práticas pedagógicas e desafios no ensino de Ciências da Natureza, conectando-se diretamente aos objetivos, metodologia e resultados desta pesquisa.

3 METODOLOGIA

O presente estudo é de natureza qualitativa, voltado à investigação dos desafios enfrentados no ensino de Ciências para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Segundo Martins (2004, p. 289), “a pesquisa qualitativa é definida como aquela que privilegia a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados, e caracterizada pela heterodoxia no momento da análise”. A investigação qualitativa permite compreender em profundidade as experiências, percepções e práticas dos docentes, algo essencial quando se trata de analisar os desafios do ensino de Ciências para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Por privilegiar a interpretação e a análise de microprocessos sociais, essa abordagem possibilita captar nuances que dificilmente seriam evidenciadas por métodos quantitativos, favorecendo uma leitura mais ampla e contextualizada da realidade escolar. Além disso, classifica-se como um estudo de campo, uma vez que buscou compreender a realidade no contexto em que os fenômenos ocorrem. Para Marconi e Lakatos (2016), a pesquisa de campo visa obter informações e/ou conhecimentos sobre um problema, hipótese ou fenômeno por meio da observação direta, envolvendo a coleta e o registro de dados relevantes.

O município de Valença do Piauí dispõe de 19 escolas municipais e estaduais que ofertam a Educação Básica, além de um Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE). Das 19 escolas, 14 pertencem à rede municipal, estando distribuídas entre a zona urbana e rural do território. Foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão para a seleção do campo de estudo. Critérios de inclusão: escolas municipais que possuem Sala de Recursos Multifuncional (SRM), ofertam a Educação Básica, especificamente o Ensino Fundamental nos anos finais, e apresentam matrícula na Educação

Especial. Critérios de exclusão: escolas que não pertencem à rede municipal de ensino e aquelas que ofertam apenas o Ensino Fundamental, anos iniciais ou o Ensino Médio. Embora, inicialmente a pesquisa tenha previsto a participação de professores de cinco escolas, a coleta efetiva de dados contou apenas com duas docentes, pois três das unidades selecionadas não possuíam professor em exercício na SRM no momento da coleta. Essa ausência, que inviabilizou a realização do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nessas escolas, também constituiu um dado relevante para a análise.

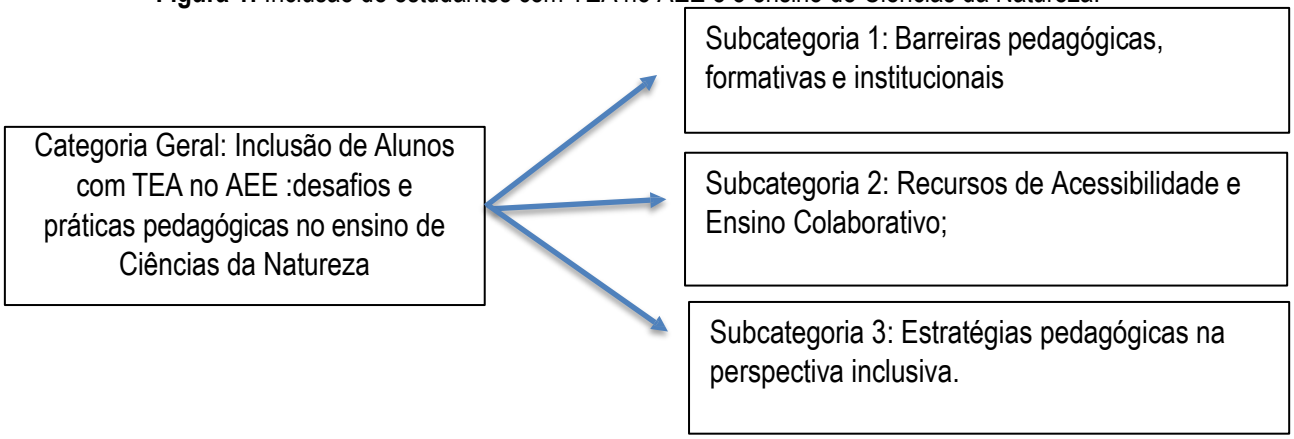
Aos sujeitos partícipes foram atribuídos pseudônimos: Professora Empatia (2025), tem menos de cinco anos de atuação, possui formação específica para o AEE e especialização na área. Professora Didática (2025) também tem menos de cinco anos de atuação, formada em Psicopedagogia Clínica e Institucional, com cursos complementares na área inclusiva.

As informações foram obtidas por meio de um formulário semiestruturado, elaborado no Google Forms, composto por 15 questões, sendo 14 fechadas (múltipla escolha) e 1 aberta (dissertativa). O instrumento foi aplicado de duas formas, presencialmente, com a Professora Empatia (2025) e via aplicativo de mensagens (WhatsApp), com a Professora Didática (2025), a pedido da própria docente, que relatou sentir-se mais confortável em responder nesse formato. As questões abordaram aspectos como formação profissional; experiências com alunos com TEA; recursos e metodologias utilizadas; principais dificuldades no processo de ensino aprendizagem. Os dados obtidos foram analisados com base na Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016). Essa técnica consiste em um conjunto de procedimentos sistemáticos e objetivos que permitem descrever o conteúdo das mensagens, identificar categorias e interpretar os sentidos implícitos nos discursos. A escolha desse método mostrou-se adequada, por possibilitar a articulação entre as falas das participantes e os referenciais teóricos que fundamentam a pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir, são apresentadas e discutidas as informações obtidas na pesquisa, organizados em uma categoria geral, subdividida em três subcategorias temáticas, que emergiram das respostas das participantes em diálogo com o referencial teórico, conforme a Figura 1.

Figura 1: Inclusão de estudantes com TEA no AEE e o ensino de Ciências da Natureza.



Fonte: Próprios autores, 2025.

A primeira subcategoria evidencia as barreiras de formação continuada e institucionais enfrentadas pelos professores do AEE no ensino de Ciências da Natureza. Ao serem questionadas sobre sua formação, a Professora Empatia (2025) afirmou ter recebido capacitação na perspectiva inclusiva, mas relatou que essas formações tiveram caráter geral sobre o TEA, sem aprofundamento no ensino de

Ciências e a Professora Didática (2025) declarou não ter participado de nenhuma formação na área de Educação Especial.

Esses relatos confirmam a insuficiência de políticas de formação continuada voltadas ao ensino de Ciências da Natureza na perspectiva inclusiva. Como defendem Bernal, Silva e Gomes (2023), a ausência de formações específicas compromete a eficácia das práticas pedagógicas, visto que o trabalho com alunos com TEA demanda estratégias alinhadas às suas necessidades singulares. Entre os principais desafios apontados pelas docentes, destacam-se a escassez de materiais didáticos acessíveis e adaptados, a ausência de formação específica para o ensino de Ciências, a baixa participação das famílias, e as dificuldades de comunicação e interação com os alunos. Tais aspectos demonstram que as barreiras enfrentadas transcendem o âmbito pedagógico, refletindo também questões estruturais e institucionais. Conforme De Souza *et al*. (2022), a superação dessas barreiras exige estratégias pedagógicas mais significativas, como o uso de atividades práticas e contextualizadas, capazes de aproximar o conhecimento científico da realidade dos estudantes com TEA.

A segunda subcategoria aborda a disponibilidade de recursos pedagógicos e a prática do ensino colaborativo entre professores do AEE e docentes da disciplina de Ciências da Natureza. Em relação aos materiais e recursos disponíveis, a Professora Empatia (2025) relatou que são suficientes e bem adaptados. Já a Professora Didática (2025) considerou-os apenas parcialmente adequados, apontando a ausência de recursos específicos para Ciências da Natureza como um entrave à aprendizagem. Essa diferença evidencia uma barreira institucional, uma vez que a oferta de materiais pedagógicos adequados é fundamental para garantir práticas inclusivas. Fonseca *et al.* (2021) ressaltam que os recursos pedagógicos na SRM devem contribuir não apenas para o aprendizado escolar, mas também para o desenvolvimento de habilidades funcionais aplicáveis à vida cotidiana dos alunos com TEA.

No que se refere ao suporte oferecido pelo AEE, a Professora Empatia (2025) avaliou-o como adequado, mas com necessidade de aprimoramento metodológico, especialmente em direção às metodologias ativas. De acordo com Bacich e Moran (2017), tais metodologias colocam o aluno no centro do processo, promovendo a aprendizagem por meio da investigação, resolução de problemas e colaboração. A Professora Didática (2025), por sua vez, considerou o apoio insatisfatório, destacando a necessidade de maior investimento em formação continuada e adaptação curricular.

Quanto ao ensino colaborativo, ambas relataram que essa prática ocorre de forma superficial, limitando a articulação entre os professores do AEE e os docentes de Ciências. Araújo *et al.* (2019) defendem que a parceria precisa ser contínua e articulada, permitindo uma atuação interdisciplinar capaz de favorecer a aprendizagem inclusiva. Além disso, somente a Professora Empatia (2025) relatou apoio eventual da equipe multiprofissional (psicólogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos), o que reforça a carência de uma rede de apoio institucionalizada e sistemática.

Na terceira subcategoria, discutem-se as estratégias metodológicas adotadas para promover a inclusão de alunos com TEA no ensino de Ciências da Natureza. A Professora Empatia (2025) relatou utilizar práticas como adaptação da linguagem e simplificação dos conteúdos, planejamento individualizado, atividades em pequenos grupos, uso de músicas, jogos e recursos lúdicos. Entre suas experiências, destacou a participação de alunos com TEA em uma Feira de Ciências, onde confeccionaram maquetes e brinquedos. Segundo Silva *et al.* (2023), feiras de ciências favorecem a interdisciplinaridade e a contextualização, aproximando os conteúdos escolares da realidade dos estudantes.

A Professora Didática (2025) relatou estratégias similares (recursos visuais, adaptação da linguagem e atividades lúdicas), mas não mencionou o uso de atividades práticas ou tecnologia assistiva.

Sua experiência mais marcante foi a criação de um jogo de pareamento com sombras de animais, que estimula a atenção, a associação e a interação. Segundo Bersch (2017), a tecnologia assistiva deve ser compreendida como um campo interdisciplinar, que envolve produtos, metodologias e estratégias destinados a promover a autonomia e a inclusão social de pessoas com deficiência. Entretanto, ambas as participantes reconheceram que a adaptação curricular, embora necessária, não é suficiente. Para Mantoan (2016), a inclusão requer a reorganização de todo o sistema escolar metodologias, avaliações, relações interpessoais e infraestrutura, superando a lógica do modelo médico e adotando uma perspectiva baseada nos direitos humanos, como já defendido na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994).

Em síntese, os resultados desta pesquisa evidenciam que, apesar de haver práticas inclusivas relevantes no ensino de Ciências da Natureza, persistem barreiras formativas, institucionais e metodológicas que limitam a plena inclusão de alunos com TEA. A ausência de formação continuada específica para o ensino de Ciências, a insuficiência de recursos adaptados e a fragilidade do trabalho colaborativo entre professores do AEE e docentes da disciplina configuram-se como desafios centrais. Essas dificuldades, embora identificadas no contexto de Valença do Piauí, refletem um cenário mais amplo da educação brasileira, em que a inclusão ainda é concebida de forma fragmentada e dependente de iniciativas individuais dos docentes. Tal constatação reforça a urgência de políticas públicas que garantam investimentos consistentes em formação docente, em recursos pedagógicos acessíveis e em estratégias metodológicas que dialoguem com as singularidades dos estudantes, de modo a assegurar uma inclusão efetiva e significativa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidenciou os desafios e estratégias de inclusão vivenciados pelos professores do AEE no ensino de Ciências da Natureza para alunos com TEA em Valença do Piauí, destacando a carência de formação específica, recursos adaptados e profissionais qualificado. Os resultados, sugerem a ampliação de recursos pedagógicos adaptados e tecnologias assistivas, o fortalecimento do trabalho colaborativo entre docentes do ensino comum e do AEE, e a construção de um ambiente escolar que respeite os ritmos e formas de aprender dos alunos com TEA, assegurando não apenas o acesso, mas a permanência e aprendizagem plena de todos os estudantes.

AGRADECIMENTOS. Agradecemos ao Instituto Federal do Piauí (IFPI) pelo suporte institucional e pelos recursos disponibilizados, que foram fundamentais para a realização desta pesquisa. Registramos também nossa gratidão aos participantes do estudo, que voluntariamente compartilharam suas experiências e contribuições, assim como às escolas envolvidas, cujo apoio possibilitou o desenvolvimento desta investigação.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES. **MSBS, LLR, RCL, ALR**: Conceituação, Metodologia, Software, Curadoria de dados, Análise formal, Redação – rascunho original, Visualização, Investigação, Redação – revisão e edição, Aquisição de financiamento, Supervisão. Todos os autores participaram ativamente da discussão dos resultados, revisaram e aprovaram a versão final do artigo.

CONFLITO DE INTERESSE. Os autores declaram que não têm interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.

APROVAÇÃO ÉTICA. Esta pesquisa foi avaliada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEP da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (Parecer nº 6.223.936).

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-5**: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. Disponível em: https://www.institutopebioetica.com.br/documentos/manualdiagnostico-e-estatistico-de-transtornos-mentais-dsm-5.pdf. Acesso em: 24 set. 2023.

ARAÚJO, I. M. S.; ALVES, L. L; PINTO, F. R. M; BEZERRA, I. M. S. Atendimento educacional especializado e o ensino regular: interlocuções docentes com vistas à inclusão. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v. 23, n. 2, p. 441–452, 2019. Doi: 10.22633/rpge.v23i2.12651. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/12651. Acesso em: 20 maio 2025.

BACICH, L. MORAN, J. **Metodologias ativas para uma educação inovadora:** uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Tradução de Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BERNAL, B. L; SILVA. F. F. GOMES. V. L. O ensino de ciências na sala de recursos multifuncionais para alunos com Transtorno do Espectro Autista. **Revista Diálogos Interdisciplinares**, v. 2, n. 12, 2023. Doi: 10.55028/gepfip.v2i12.20087. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/deaint/article/view/20087. Acesso em: 10 abr. 2025.

BERSCH, R. **Introdução à tecnologia assistiva**. Porto Alegre: CEDI, v. 21, p. 1–20, 2017. Disponível em: https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1059. Acesso em: 13 jun. 2025.

BOSA, C. A. **Autismo**: intervenções psicoeducacionais. Brazilian Journal of Psychiatry, v. 28, p. s47–s53, 2006. Doi: 10.1590/S1516-44462006000500007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbp/a/FPHKndGWRRYPFvQTcBwGHNn/abstract/?lang=pt. Acesso em: 12 jun. 2025.

BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**: Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. 3. ed. Brasília: Senado Federal, 2019. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/554329/estatuto_da_pessoa_com_deficiencia_3ed.pdf. Acesso em: 24 jul. 2025.

BRASIL. **Lei n.º 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3.º do art. 98 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial da União: seção 1, p. —, 28 dez. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 11 jun. 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/documentos-pdf/428-diretrizes-publicacao. Acesso em: 5 abr. 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECADI. **Nota Técnica nº 24/2013/MEC/SECADI/DPE**. Orientação aos Sistemas de Ensino para a implementação da Lei nº 12.764/2012. Brasília, DF: MEC/SECADI/DPEE, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2013-pdf/13287-nt24-sistemlei12764-2012. Acesso em: 24 set. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf. Acesso em: 28 jul. 2025.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**: Modalidade Educação Especial. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 10 abr. 2025.

SOUZA, E. O.; PEREIRA, I. A.; DEMARTELAERE, A. C. F.; OLIVEIRA, K. S. S. S. Estratégias metodológicas no ensino de ciências e biologia voltadas aos estudantes com autismo. *In*: GUILHERME, W. D.; SILVA, C. B.; FREITAS, P. G. (org.). **Educação em transformação**: práxis, mediações, conhecimento e pesquisas múltiplas. Rio de Janeiro: E-Publicar, 2022. v. 1, p. 47–65. Disponível em: https://editorapublicar.com.br/educacao-em-transformacao-praxis-mediacoes-conhecimento-e-pesquisas-multiplas-volume-1. Acesso em: 27 out. 2023.

FARIAS, I. M.; MARANHÃO, R. V. A.; CUNHA, A. C. B. Interação professor-aluno com autismo no contexto da educação inclusiva: análise do padrão de mediação do professor com base na teoria da Experiência de Aprendizagem Mediada. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 14, n. 3, p. 365–384, 2008. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382008000300004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 8 dez. 2023.

FONSECA, M. A; HARDOIM, E. L; MANSILLA, D. E. P; FONSECA, J. S. A sala de recursos multifuncional para inclusão dos alunos autistas no ensino de ciências naturais. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 6, p. 56863–56876, 2021. Doi: 10.34117/bjdv7n6-205. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/31073. Acesso em: 2 maio 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2022 identifica 2,4 milhões de pessoas diagnosticadas com autismo no Brasil**. Agência de Notícias do IBGE, Rio de Janeiro, 23 mai. 2025. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43464-censo-2022-identifica-2-4-milhoes-de-pessoas-diagnosticadas-com-autismo-no-brasil. Acesso em: 15 jul. 2025.

JESUS, A. P. S.; EFFGEN, A. P. S. A função do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. **Revista Educação Especial em Debate**, v. 7, n. 14, p. 106–119, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/reed/article/download/41500/27549/139308. Acesso em: 18 ago. 2025.

KASSAR, M. C. M.; REBELO, A. S. Abordagens da Educação Especial no Brasil entre Final do Século XX e Início do Século XXI. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 24, Edição Especial, p. 51-68, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbee/a/QnsLXV5R9QBcHpTc4qMQ9Tr/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 18 ago. 2025.

KLIN, A. Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 28, p. s3–s11, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbp/a/jMZNBhCsndB9Sf5ph5KBYGD/?lang=pt. Acesso em: 24 out. 2023.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MARTINS, H. H. T. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação & Pesquisa**, v. 30, n. 2, p. 289–300, 2004. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 maio 2025.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus Editorial, 2015.

SILVA, B. F.; NETO, A. C; BATISTA, S. J. V; PEREIRA, A. S. Análise e caracterização de uma feira de ciências. **Saberes: Revista Interdisciplinar de Filosofia e Educação**, v. 22, n. 1, p. 200–219, 2023. Doi: 10.21680/1984-3879.2022v22n1ID30019. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/30019. Acesso em: 20 maio 2025.

SILVA, I.; LOPES, B. J. S.; QUADROS, S. Práticas pedagógicas inclusivas no ensino regular em colaboração com a educação especial. **Revista Educação Especial Santa Maria**, v. 37, p. 1-32, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/74315/63944. Acesso em: 18 ago. 2025.

UNESCO; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DA ESPANHA**. Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf. Acesso em: 11 jun. 2025.